TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNDO DO TRABALHO

THE TRAJECTORIES OF BLACK WOMEN IN ADULT EDUCATION IN THE WORLD OF WORK

Aline Rocha Santana da Silva*
alinerocha7490@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir os efeitos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), na vida profissional de mulheres negras. Resultante de uma investigação qualitativa mais ampla, a análise é o recorte de quatro entrevistas com educandas do Colégio Pedro II. As mulheres negras revelaram barreiras enfrentadas ao longo da vida, durante suas trajetórias no mundo do trabalho e as mudanças em suas experiências profissionais antes, durante e após o Proeja. Os resultados obtidos, com o suporte da análise de conteúdo, revelam trajetórias marcadas pela interseccionalidade de opressões por gênero, raça, classe social e transsexualidade, além do papel do Proeja no desenvolvimento profissional das estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade; Mulheres Negras; Proeja.

ABSTRACT: This article aimed to discuss the effects of the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (Proeja), on the professional lives of black women. The interviews carried out with six students from Colégio Pedro II revealed barriers they faced throughout their lives, during their careers in the world of work and the changes in their professional experiences before, during and after Proeja. The results obtained, with the support of content analysis, reveal trajectories marked by the intersectionality of oppression by gender, race, social class and sexuality, and the role of Proeja in the professional development of students.

KEYWORDS: Intersectionality; Black Women; Proeja.

Introdução

A história da mulher na educação e no trabalho é uma narrativa complexa, de superação de desafios, conquistas de direitos e avanço gradual em direção à igualdade de gênero. Ao longo dos séculos, as mulheres enfrentaram barreiras sociais e culturais que limitaram seu acesso à educação e ao trabalho, mas a determinação e perseverança moldaram um caminho de mudanças significativas.

Durante grande parte da história, as mulheres foram excluídas da educação formal. O filósofo Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, argumentou que as mulheres deveriam ser educadas apenas para serem boas esposas e mães, perpetuando a visão de que seu papel estava limitado ao âmbito doméstico. Para o autor "a educação da mulher deve ser

* Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Unigranrio (PPGA-Unigranrio). Docente efetiva (EBTT) do Colégio Pedro II Interesses de pesquisa: Educação Profissional, Ensino de Administração, Educação de Jovens e Adultos, Qualidade de vida e vulnerabilidade.

Recebido em 15 de agosto de 2025
Aprovado em 13 de dezembro de 2025

complementar e funcional à educação do homem" (Rousseau, 2004, p. 527) Essa mentalidade foi desafiada por diversas mulheres pioneiras como Simone de Beauvoir que defendeu a construção social de género e o modo como a sociedade patriarcal limita o papel e o estatuto das mulheres. Defendeu que a educação e o trabalho são determinantes para a emancipação das mulheres, pois possibilitam o desenvolvimento pleno e a sua contribuição para uma sociedade mais igualitária (Beauvoir, 1980).

No século XIX, a luta pela educação das mulheres ganhou força. Susan B. Anthony, uma figura proeminente no movimento sufragista dos Estados Unidos, defendeu a ideia de que a educação era fundamental para capacitar as mulheres a reivindicar seus direitos políticos. Ela, acompanhada de Matilda Gage e Elizabeth Stanton impulsionam o movimento feminista e ao defenderem, no livro "*History of woman suffrage*", que cabe às mulheres protegerem-se de serem forçadas a sustentar governos que não podem protegê-las (Stanton et al, 1886). Pioneiras como Anthony abriram o caminho para a formação de movimentos de mulheres que pressionaram por igualdade nas oportunidades sociais, profissionais e educacionais. Nesse período, houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no entanto, os baixos níveis de escolaridade das mulheres e a discriminação do gênero resultavam em ocupações mais abaixo na hierarquia organizacional, no trabalho precarizado e sexista. "A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas, em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado [...]" (Quirino, 2012, p. 91).

Graças aos movimentos feministas, o século XX trouxe avanços no trabalho e na educação feminina, ainda que preliminares. Algumas poucas mulheres, que detinham recursos, passaram a frequentar as universidades, enfrentando forte preconceito social e uma outra parcela recebia formação para professoras em escolas normais de nível médio, implantadas no final do século XIX. (Hahner, 2011) Neste período, as mulheres continuavam reivindicando "seus interesses educacionais, mesmo sabendo que teriam uma educação inicial frágil, uma vez que apenas os conhecimentos básicos eram recebidos." (BARBOSA, 2012, p. 93).

Com o passar do tempo, as mulheres brasileiras garantiram cada vez mais acesso aos diversos níveis de escolaridade, o que impactou diretamente no ingresso das mulheres em ocupações, não somente de nível operacional, mas de nível tático e estratégico nas organizações. A formação educacional foi essencial para a ascensão das mulheres no mercado

de trabalho. Hoje em dia, as mulheres possuem maiores níveis de escolaridade do que homens (Bruschini e Lombardi, 2003, p. 20).

> As mudanças na sociedade levaram a uma mudança profunda do perfil da mulher. Percebeu-se uma tendência elevada a mulher, cada vez mais, para assumir o papel de chefe da família. Percebeu-se também que o perfil da mulher se alterou e muito, nos últimos 10 anos. Atualmente, ela busca maiores níveis de escolaridade, empregos melhores, com melhores salários e, aparentemente, famílias menores, com menor número de filhos (Moura; Lopes; Silveira, 2016, p. 64).

A mulher negra sofre uma jornada ainda mais marcada por desafios, resistência e superação dentro e dora do mundo do trabalho. Desde os tempos da escravidão até os dias atuais, as mulheres negras têm enfrentado discriminação e opressão em diversas esferas da sociedade, incluindo o ambiente de trabalho. Com força e determinação, estas mulheres vêm conquistando espaços e lutando por igualdade de oportunidades. Durante o período da escravidão, as mulheres negras eram submetidas a uma exploração cruel, realizando trabalhos pesados nas lavouras e nos lares dos senhores, muitas vezes sofrendo abusos físicos e emocionais. Angela Davis (2016) em seu livro "Mulheres, Raça e Classe", destaca como as mulheres negras escravizadas enfrentavam uma dupla opressão, tanto pela sua condição de gênero quanto de raça.

Após a abolição da escravatura, no final do século XIX e início do século XX, as mulheres negras continuaram a enfrentar enormes obstáculos no mercado de trabalho, muitas vezes relegadas a empregos mal remunerados e sem perspectivas de ascensão profissional. A feminista negra Bell Hooks (1995) aborda em "Intelectuais Negras" a invisibilidade histórica dessas mulheres nas lutas feministas e como as estruturas patriarcais e racistas contribuíram para sua marginalização. Contudo, ao longo do tempo, a luta pela igualdade de direitos ganhou força, e mulheres negras inspiradoras surgiram em diversas áreas profissionais. Um exemplo notável é Rosa Parks, que se destacou ao se recusar a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco nos Estados Unidos em 1955, desencadeando o movimento pelos direitos civis. Parks se tornou um símbolo de resistência e coragem para mulheres negras em todo o mundo (Ringgold, 1999).

No campo das artes e da literatura, figuras como Maya Angelou e Audre Lorde também se destacam, utilizando sua escrita para dar voz às experiências das mulheres negras e abordar questões relacionadas à raça e ao gênero. Em sua obra "Eu Sei Por Que o Pássaro Canta na

Gaiola", Angelou (2018) narra sua própria jornada, abordando a importância da persistência e autoaceitação como mulher negra. Lorde (2019), em seu texto “Não existe hierarquia de opressão” reflete sobre as opressões sofridas pelos grupos mulheres, homossexuais e negros, e defende a união destes grupos na luta por respeito e liberdade. A autora é mulher, lésbica, negra, socialisma, feminista e mãe, e expõe as experiências e lutas que passou ao longo da vida.

À medida que avançamos para o século XXI, as mulheres negras continuam a reivindicar seu espaço no mundo do trabalho, ocupando posições de liderança, empreendendo e influenciando mudanças positivas em suas comunidades. Mulheres como Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, têm contribuído para um maior entendimento da interseccionalidade entre gênero e raça em suas obras. Em "Sejamos Todos Feministas", Adichie (2015) defende que o feminismo é uma luta pela liberdade de todos, para a mulher, que poderá assumir sua identidade livre das expectativas e julgamentos alheios e o homem, que poderá crescer e desenvolver sua personalidade sem precisar se encaixar em padrões machistas.

Hoje, os esforços das mulheres na luta por igualdade continuam a inspirar. Malala Yousafzai (2013), sofreu, em 2012, um ataque do Talibã por sua defesa do direito das meninas à educação no Paquistão, e se tornou um símbolo da luta das mulheres pelo direito à educação.

No Brasil, uma figura que personifica a luta da mulher por seu espaço no mundo do trabalho é Carolina Maria de Jesus, uma das mais importantes escritoras negras do país. Carolina nasceu em 1914, em uma favela de Sacramento, interior de Minas Gerais, e mudou-se para São Paulo aos 23 anos, em busca de melhores condições de vida, passou a viver na favela do Canindé, local onde, com pouca escolaridade, por meio de suas observações cotidianas, sua escrita e sua sensibilidade, produziu uma das obras mais impactantes da literatura brasileira, intitulada “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”. O livro foi escrito durante os anos em que ela morou na favela do Canindé e aborda a realidade dura e muitas vezes invisível da mulher periférica. Foi publicado em 1960, com a ajuda de Audálio Dantas, jornalista que pretendia fazer uma matéria sobre a favela, mas se encantou com a história e os diários de Carolina. (Gonçalves, 2014)

A obra de Carolina de Jesus revelou a dura realidade da vida nas favelas e o cotidiano

de uma mulher negra, pobre e marginalizada. Seu livro se tornou um sucesso internacional e trouxe visibilidade à vida das mulheres negras que enfrentavam a miséria e a exclusão social no Brasil. Sua escrita era crua, poética e reveladora, refletindo sua experiência única de sobrevivência em meio à pobreza. A história de Carolina também nos revela sua desafiadora trajetória no mundo do trabalho. Enquanto morava em Minas Gerais, Carolina trabalhava na roça com sua família, quando veio para São Paulo trabalhou por algum tempo como empregada doméstica, mas logo passou a trabalhar como catadora de papéis nas ruas da cidade. (Gonçalves, 2014) Carolina mantinha o sonho de se tornar escritora, no entanto tinha o racismo como principal barreira nesta jornada. Em seu primeiro livro a autora revela: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondiam-me: "É pena você ser preta” (Jesus, 1960, p. 58).

Oliveira e Wanderley (2021) realizaram uma pesquisa com 11 mulheres negras que trabalham em empresas multinacionais e buscou “identificar na obra ‘Quarto de despejo: diário de uma favelada’ de Carolina Maria de Jesus, características pertinentes do estudo da interseccionalidade e da decolonialidade que contribuem para entender a posição da mulher negra dentro das empresas multinacionais contemporâneas”. (p.243) Os resultados e análise da pesquisa evidenciam, ainda nos dias de hoje, questões levantadas por Carolina de Jesus na década de 50, o racismo, sexismo e a discriminação por gênero ainda fazem parte da vida profissional das trabalhadoras negras, mesmo em cargos de liderança e em empresas de grande porte.

As discussões sobre gênero e trabalho realizadas por autoras como Judith Butler, Silvia Federici e Angela Davis convergem na análise crítica do sistema capitalista e patriarcal, que desvaloriza o trabalho não remunerado das mulheres, especialmente no âmbito doméstico e reprodutivo. Federici, por exemplo, argumenta que o trabalho doméstico é essencial para o funcionamento do capitalismo, mas é invisibilizado e não recompensado, perpetuando a desigualdade de gênero e econômica (Federici, 2004). Angela Davis complementa essa perspectiva ao destacar como a exploração do trabalho das mulheres, particularmente das mulheres negras, é interseccionada por questões de raça, classe e gênero, ressaltando a necessidade de conectar as lutas feministas a uma crítica mais ampla do sistema capitalista e racista (DAVIS, 2016). Judith Butler amplia a análise ao questionar a naturalização das relações de gênero, sugerindo que a desigualdade no trabalho também é um produto das normas que

consolidam identidades e papéis sociais (BUTLER, 1990). Assim, essas autoras demonstram como a transformação das relações de trabalho é central para repensar as estruturas sociais que perpetuam a opressão de gênero.

Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Lélia Gonzalez, ao tratarem do trabalho no contexto do feminismo negro, destacam como as opressões de raça e gênero estruturam a exploração e precarização das mulheres negras. Djamila Ribeiro enfatiza que a ausência de mulheres negras em posições de destaque e a sua concentração em trabalhos subalternos é resultado de um racismo estrutural historicamente consolidado, que desvaloriza suas contribuições e restringe suas oportunidades (Ribeiro, 2017). Carla Akotirene, por meio da interseccionalidade, explica como mulheres negras estão localizadas em um "cruzamento de opressões", sendo particularmente vulneráveis à exploração no mercado de trabalho, muitas vezes ignoradas pelas políticas públicas universais que não consideram suas realidades específicas (AKOTIRENE, 2019). Lélia Gonzalez reforça esse olhar ao conectar a história da escravidão às condições contemporâneas de trabalho doméstico das mulheres negras, um espaço que perpetua a exploração econômica e a desvalorização social, mantendo vivas as hierarquias coloniais (GONZALEZ, 1988). Assim, as autoras sugerem que enfrentar as desigualdades no trabalho requer a incorporação da perspectiva racial e interseccional, desafiando as estruturas que sustentam e normalizam a exploração das mulheres negras.

É preciso reconhecer que a trajetória da mulher na educação e no trabalho é um testemunho da resiliência e determinação feminina na busca pela igualdade de gênero. As vozes de mulheres como Susan B. Anthony, Simone de Beauvoir, Malala Yousafzai e Carolina de Jesus ecoam ao longo do tempo, lembrando-nos de que a educação é uma ferramenta poderosa para a transformação social e profissional.

Partindo dessa perspectiva, este estudo se propôs a realizar entrevistas com quatro mulheres negras, estudantes e egressas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do Colégio Pedro II, permitindo que elas expressassem suas vivências, expectativas e enfrentamentos ao longo de suas trajetórias profissionais. Através desses relatos, foi possível compreender como o Proeja vem contribuindo para o empoderamento e qualificação dessas mulheres, além de identificar os desafios que ainda persistem e as estratégias utilizadas para superá-los.

Quem são as mulheres negras do Proeja entrevistadas?

A educanda E1 tem 50 anos, mulher cis, é casada, tem uma filha de 19 anos que está cursando pedagogia. E1 está cursando o segundo ano do Proeja, do colégio Pedro II - Campus Tijuca II. É empreendedora no ramo de bijouterias artesanais. A entrevistada E2 tem 51 anos, mulher cis, é casada, mãe de três, uma filha de 33 anos e dois filhos, de 35 e 30 anos. É egressa do Proeja, do Colégio Pedro II - Campus Centro, terminou o curso em 2022, e hoje trabalha na sua área de formação, como assistente administrativo. A entrevistada E3 tem 19 anos, mulher trans, é solteira, não tem filhos, evadiu do Proeja em 2022, do Colégio Pedro II - Campus Centro, no entanto a saída se deve a aprovação no Encceja, obtendo assim o certificado do ensino médio, e o ingresso na universidade. Hoje, ela trabalha no time de marketing de uma multinacional do ramo de cosméticos e está cursando duas graduações (Relações Internacionais e Marketing). A aluna E4 tem 32 anos, mulher trans, é solteira, não tem filhos, está cursando o segundo ano do Proeja, no Colégio Pedro II - Campus Tijuca II. É empregada doméstica na casa de sua madrinha.

As alunas da Educação de Jovens e Adultos são cidadãs que tiveram o direito à educação negado em determinado período da vida, seja porque precisavam trabalhar para ajudar nas despesas do lar, porque foram impedidas por outros indivíduos dentro de relações opressoras, ou simplesmente porque o sistema educacional não atendia suas necessidades pedagógicas. Invariavelmente, não conseguiram finalizar o ensino médio até os 17 anos. Desta forma, a EJA ocupa um papel reparador em relação a dívida social que o país tem com estas mulheres. As jovens e adultas atendidas pelo programa são trabalhadoras que enfrentam barreiras significativas para conciliar o trabalho e os estudos. De acordo com Silva (2018, p.15) “essa é uma das marcas da EJA e do Proeja, ou seja, são trabalhadores jovens e adultos com renda familiar mensal muito baixa, até dois salários mínimos. São sujeitos que vivem do trabalho e para quem a escola é uma segunda, terceira ou quarta opção.”

Arroyo (2014) enfatiza que os sujeitos da EJA são marcados por vulnerabilidades sociais que os acompanham por toda a vida, são os marginalizados, as mulheres, os pobres, os negros, os camponeses, que foram retirados da escola e agora retormam para ocupar seu lugar de direito no ambiente escolar e na sociedade.

> Esta EJA está marcada por diversos sujeitos, que em processo de itinerância, aparecem e desaparecem das salas de aula. Eles são adultos e jovens,

> trabalhadores ou não, em busca de uma profissão, de uma oportunidade de trabalho ou do reconhecimento que a escolarização poderá trazer. É fundamental compreendermos que estes sujeitos são dotados de desejos, intenções e objetivos de vida. Clamam por mais justiça social e acesso a direitos, dentre eles o direito à educação escolar. [...] Além de reconhecerem a escola como espaço de saber e de conhecimento, os sujeitos que se propõem a frequentar suas salas de aula, enxergam nesta instituição uma forma de mudança em sua realidade (SILVA, 2023, p. 9-10).

Santos e Silva (2020) realizaram uma análise da produção teórica acerca dos sujeitos da EJA e verificaram, nos artigos encontrados, a presença de características comuns entre os estudantes, são elas:

> [...] a vivência de diversas formas de **exclusão social**; as trajetórias escolares entrecortadas e marcadas por **processos de exclusão** da e na escola; a condição de serem, em sua maioria, **trabalhadores/as oriundos das classes populares**; e, a existência de projetos e sonhos de estudar e partilhar dos saberes sistematizados pelos currículos escolares, considerados por eles como socialmente relevantes; [...] os diferentes saberes produzidos em outras esferas que não apenas a escolar; os interesses que os mobilizam no retorno à escolarização; as questões geracionais; as **trajetórias de vida atravessadas pela condição de gênero, de raça/etnia, de origem** (urbana ou do campo) e os contextos culturais que cada qual assinala (p, 4, grifo nosso).

A partir destes estudos, podemos entender que os estudantes da EJA fazem parte daqueles citados por Paulo Freire como “os oprimidos” e demandam uma formação libertadora, pois é um grupo que sofreu diversas opressões ao longo da vida. Freire (1987) defendeu a educação libertadora, tomando o lugar da mera qualificação para o mercado de trabalho, denominada por Freire como educação “bancária”. Para alcançar a liberdade e tornar-se um indivíduo emancipado, o sujeito precisaria primeiramente perceber-se como oprimido, para então lutar pela liberdade desta condição, e isto seria possível por meio de uma educação problematizadora, desafiadora e crítica. Freire (1987) acreditava que uma sociedade mais justa poderia começar pela luta dos oprimidos pela liberdade.

Nesse sentido, é possível afirmar que, entre os oprimidos de que fala Freire (1987), as mulheres representam um grupo que vivencia opressões múltiplas e interseccionais, pois, além das barreiras sociais e econômicas comuns aos estudantes da EJA, enfrentam desigualdades de gênero que limitam seu acesso e permanência na educação. Vieira e Cruz (2017) realizaram uma pesquisa bibliográfica a respeito da produção acadêmica sobre a educação de mulheres pela EJA no período de 2005 a 2014, e chegaram a seguinte consideração final:

> os estudos mostram que a mulher ainda é discriminada na atual sociedade, uma problemática ainda bem visível. São diversas as razões que contribuem com o afastamento dos estudos por parte das mulheres, razões que envolvem cerceamentos vindos da família, como o pensamento popular de que a mulher não precisa estudar; ingresso precoce no mercado de trabalho, casamento e filhos.

Ainda, quando a mulher é negra, acrescentam-se desafios adicionais no processo educacional e na inserção no mercado de trabalho.

> Imbuídas nesse cenário estão as mulheres da EJA, que retornam para a escola em busca da formação da Educação Básica e trazem para a sala de aula suas histórias, suas memórias e suas experiências de vida, constituídas de um passado de dificuldades socioeconômicas e permeadas por exclusões de direitos básicos (Lima; Wiese; Haracemiv, 2021).

As entrevistadas iniciaram suas trajetórias profissionais ainda na adolescência, por necessidades financeiras, pois são provenientes de famílias pobres e precisavam cooperar ou manter o sustento de suas famílias:

> E1: Minha mãe se tornou funcionária pública, mas ganhava pouco, e aí ela alugou uma casa sozinha. Então, a gente trabalhava, eu e minha irmã, para poder ajudar ela dentro de casa, ajudar a pagar a luz, o aluguel, porque ela era mãe solteira, mãe solo. Nessa época eu estava fora da escola, Ah, eu poderia estar estudando, fazendo outras coisas, mas eu precisava trabalhar para ajudar a mãe.
>
> E2: Como eu vinha de uma família muito pobre, né? Então, eu mesma aos 13 anos procurei ter um meio de ter uma renda, até mesmo para ajudar a família em casa também, porque nós passávamos por muita dificuldade. [...] Engravidei aos 17 e ganhei a bebê por volta dos 18, por conta da gravidez saí da escola, aí depois eu tive que procurar trabalho, porque precisava manter minha filha e aí eu não consegui mais voltar para a escola naquele momento.
>
> E3: Então, a minha primeira experiência profissional foi com 14 anos, né? Quando eu era aprendiz aqui na Caixa Econômica Federal. Eu comecei, na verdade, no mundo corporativo por necessidade financeira mesmo. Mas também porque eu sempre percebi a importância de ter um bom caminho acadêmico e também corporativo, o quanto isso faz diferença na nossa vida.
>
> E4: Minha primeira experiência profissional foi aos 17 anos. Eu trabalhei na feira, lá em São Luís do Maranhão. Montava e desmontava a barraca para vender no varejo.

As falas apresentadas demonstram como as condições estruturais de desigualdade econômica e social impactam as trajetórias profissionais de mulheres negras e de classes populares no Brasil. Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Lélia Gonzalez analisam essa realidade a partir da interseccionalidade, conceito que reconhece como opressões relacionadas à raça, gênero e classe se cruzam e agravam vulnerabilidades. Akotirene destaca que o racismo estrutural, aliado ao capitalismo e ao patriarcado, cria condições que empurram mulheres

negras para trabalhos precários e invisíveis, muitas vezes desde muito jovens (Akotirene, 2019). Ribeiro reforça que a ausência de políticas públicas interseccionais perpetua a exclusão de grupos vulneráveis, como mulheres negras que enfrentam violências múltiplas e têm suas trajetórias de vida condicionadas pela necessidade econômica e pela ausência de suporte social adequado (Ribeiro, 2017). Gonzalez, em sua análise, sublinha como o contexto histórico do racismo e da exploração econômica perpetua um ciclo de precariedade que atravessa gerações, muitas vezes obrigando mulheres a deixar a educação formal para sustentar suas famílias (Gonzalez, 1988). Essa convergência de ideias revela a necessidade urgente de ações que considerem as especificidades dessas vivências para combater as desigualdades estruturais.

Efeitos da interseccionalidade gênero, raça e classe na vida profissional de mulheres negras

A interseccionalidade é um conceito fundamental para a compreensão das diversas formas de opressão e discriminação que os indivíduos enfrentam na sociedade contemporânea. Essa abordagem teórica foi desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, professora de direito na UCLA e na Universidade de Columbia, que enfatizou a necessidade de considerar as múltiplas identidades e sistemas de opressão que se entrelaçam na vida das pessoas, “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Segundo Crenshaw, o termo interseccionalidade refere-se à interação entre diferentes categorias de opressão, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, deficiência, entre outras. Em seu artigo seminal de 1989, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", ela destaca como mulheres negras frequentemente enfrentam uma forma única de opressão que não pode ser compreendida apenas por meio das lentes isoladas do racismo ou do sexismo. Akotirene (2018, p. 58), defende que “a interseccionalidade é, antes de tudo, lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”.

Os relatos das entrevistadas ratificam as premissas de Crenshaw (2002) e Akotirene (2018):

> E1: a mulher negra passa sempre por tudo, a gente sempre passa, às vezes vai fazer uma entrevista em algum lugar, vai disputar alguma vaga e normalmente não fica por causa da cor, do perfil, não fica, é muito difícil você conseguir uma vaga em uma boa posição, é muito difícil, a mulher negra

> sofre muito, mais do que as mulheres de pele clara. Eu gostaria que isso mudasse, eu gostaria que tivesse uma regra, alguma coisa voltada mesmo para esse público, as mulheres negras em todos os lugares, mas com igualdade, sabe? Porque realmente, a mulher negra sofre mais.
>
> E4: A mulher trans branca, o homem trans branco, eles vão sofrer pela questão da transsexualidade deles, e a mulher trans negra, ela vai sofrer o dobro pela questão racial, ela é negra e trans. Então, é um sofrimento maior, e é marginalizada também, porque pra sociedade, toda pessoa preta é bandida. É triste, mas é a realidade que eles pensam, infelizmente.

Neste sentido, ao abordar a interseccionalidade, é essencial reconhecer que as experiências de discriminação são moldadas pela interação dessas identidades. Bell Hooks (2000), renomada autora e teórica feminista negra, enfatiza em seu livro "Feminist Theory: From Margin to Center", que as mulheres negras enfrentam uma opressão específica que não pode ser equiparada à experiência de mulheres brancas ou homens negros. Ela aponta como as estruturas sociais reforçam e perpetuam a marginalização das mulheres negras, tornando a interseccionalidade uma ferramenta crucial para a análise dessas dinâmicas.

O conceito de interseccionalidade também é fundamental para o movimento LGBTQ+. Lorde (1983), argumentou que é necessário reconhecer a maneira como a discriminação de gênero e orientação sexual se entrelaçam: "Não posso separar as várias e distintas partes de minha identidade para me tornar mais aceitável ou menos ameaçadora. Sou uma mistura de muitas coisas e isso torna-me mais forte". As entrevistadas E3 e E4 são mulheres trans e sentem na pele as diversas opressões por serem negras, pobres, mulheres e transsexuais. Elas salientam que a violência sexual e o desrespeito por parte dos homens é corriqueiro, preocupante e afeta significativamente suas vidas. As duas, em entrevistas individuais, afirmaram perceberem que os homens as vêem como “presa fácil”.

> E3: Em 2021 eu consegui uma vaga no Cefet. E aí, eu fui pro Cefet e voltando da escola, tive que parar os estudos porque eu sofri um abuso sexual dentro do metrô. Então, eu não tive coragem suficiente pra continuar no ensino médio. Nossa, foi uma coisa que me barrou demais, eu não consegui mais ir pra escola. Então, eu tive que parar por alguns meses. E depois, eu voltei a estudar, só que como eu já estava muito atrasada, eu consegui essa vaga pro Proeja do Colégio Pedro II. Eu acho que os homens, na maioria das vezes, enxergam nós, mulheres trans, como as presas mais fáceis no sentido sexual mesmo, sabe? Eu acho que eles estão tão acostumados a ver a gente em um contexto de invisibilidade, de rodeiras de esquinas, né? Então, eu acho que eles enxergam a gente como presas sexuais fáceis, assim, sabe?
>
> E4:São vistas como uma presa fácil pelos homens. São vistas como um objeto de fetixe. Então, a mulher trans ainda tem um sofrimento maior do que o homem trans, nesse sentido. É porque o homem trans, o homem trans em

> si, o homem trans masculino, ele vai querer adentrar no mundo do patriarcado, do machismo, entendeu? Para se sentir inserido na sociedade. A mulher não, a mulher vai passar o que as mulheres mesmo, cis gênero passam.
>
> E4: Sempre tem aquelas piadas na rua, mas isso não me afeta, entendeu? Eu acho que a questão do amor que eu tenho dentro de mim não deixa isso transcendente.

De fato, a entrevistada E2, como mulher Cis, também percebe o assedio sexual, inclusive no embiente de trabalho:

> E2: Até mesmo na empresa onde eu trabalhei, na empresa de ônibus, nós tínhamos lá as pessoas que mandavam na empresa, que primeiro eles assediavam muito as mulheres, né?

Braga, Araújo e Maciel (2019), ao realizarem uma revisão integrativa nas bases de dados SciELO e PePSIC, buscando compreender sob quais condições as mulheres têm conquistado espaço no trabalho, identificaram que as mulheres ainda sofrem diversos tipos de violência (física, psicológica e sexual) no ambiente de trabalho, além da desvalorização e invisibilidade do trabalho realizado. As autoras ainda encontram relatos de homens que não aceitavam mulheres em determinadas ocupações, como na construção civil e na segurança pública.

Quando tratamos da mulher negra, a violência, o racismo e a exclusão no mundo do trabalho são ainda mais frequentes.

> [...] a raça, a classe e o gênero tornaram-se condicionantes impositivas como critério para consolidação e ascensão de carreiras profissionais. Para tanto, perceber essa forma de exclusão social das mulheres negras no ambiente organizacional é reconhecer que o racismo, o sexismo e o patriarcalismo ainda permanecem no cotidiano das empresas. (Oliveira; Wanderley, 2022)

Esta exclusão é percebida pelas entrevistadas, que são discriminadas já na fase de busca por emprego, e quando conseguem, são colocadas em trabalhos inferiores e precarizados, ganhando menos dinheiro e recebendo mais tarefas a realizar, além de suas funções, sem perspectivas de crescimento profissional.

> E1: Acabamos ficando em empregos mais marginalizados, em empregos que ganham menos. A gente acaba sendo sempre desvalorizada e isso é real, isso não é mentira, as pessoas falam ‘nada a ver’, mas tem sim, a mulher negra sofre bastante, por tudo.
>
> E2: Às vezes você estava ali entre algumas pessoas brancas [na entrevista de emprego], e você via que pessoas brancas ficavam, e você como negra, não.

> E1: Com 22 anos, eu entrei para ser gerente de uma loja, no shopping de Jacarepaguá, e fiquei lá durante uns 10 anos. Falavam que eu era vendedor responsável, mas eu tinha responsabilidade de tudo, de pagamentos, de receber dinheiro dos clientes, de tomar conta de estoque, de saber o que estava faltando dentro da loja, então, na carteira, eles colocavam vendedor e davam responsabilidade de gerente. Quando eu saí de lá, eu não pude receber, porque a dona não tinha feito as contribuições [INSS e FGTS].
>
> E2: Antes do Proeja eu estava trabalhando como babá, mas, na verdade, eu entrei nessa casa para trabalhar, como babá de duas meninas, e depois acabei fazendo tudo na casa, né? Como sempre acontece.
>
> E2: Eu já trabalhei também em um local onde eu chegava cedo, fazia sempre as mesmas coisas e tudo direitinho. Eu era garçonete e tinha um cargo acima para ser preenchido. Eu já estava ali, eu conhecia o trabalho [...], por que não dar a chance para aquela pessoa que já está na empresa? Precisa vir uma pessoa de fora? Eu tinha capacidade de assumir aquela vaga.
>
> E3: As mulheres, muitas vezes, estão dentro do ambiente corporativo, mas não têm um espaço de voz ativa. As mulheres são a maioria das pessoas que estão ali no ambiente, mas não fazem parte de grupos executivos, por exemplo, especialmente quando a gente fala de mulheres negras. Eu acho que as mulheres negras, elas historicamente não fazem parte de espaços de gestão e quando elas entram, elas entram em cargos inferiores, e aí os espaços executivos, de voz ativa, estão com os homens brancos.

Para Hirata (2016) o emprego para as mulheres no Brasil pode ser analisado sob a perspectiva de dois pólos, em um lado temos mulheres executivas e em profissões de nível superior, que representam uma minoria, já o outro lado é formado pela maior parte da população feminina economicamente ativa, com mulheres em trabalhos de nível operacional, no trabalho doméstico, nos setores da saúde, da educação, em escritórios e em empregos terceirizados, em trabalhos que tradicionalmente são definidos pela sociedade como femininos e muitas vezes precarizados. Nestes trabalhos, formais ou informais, as entrevistadas já viveram diversas situações de discriminação, normalmente sutis, mas que ficaram guardadas em suas memórias e as fizeram sentirem-se oprimidas:

> E1: Eu fazia parte de um grupo que trabalhava dentro de um shopping. Cada empreendedor tinha o seu espaço, o seu produto, e muitas das vezes as pessoas perguntavam pra mim ‘quem é que faz isso aqui?’ ‘Quem é o dono?’ Eu sempre tenho que falar que sou eu. Quem faz? Eu. Você que é a dona? Sim. As pessoas se surpreendem quando digo que sou a dona, porque é tudo de tão bom gosto, tão bonito. Como pode ser feito por mim? Como pode eu ser a dona?
>
> E2: Eu, por ser mulher negra, outras pessoas já me olhavam de outra forma, mas fui seguindo em frente. Eu trabalhei como menor aprendiz no centro da cidade, e nessa época também tinha o programa de menores infratores, e todos eles faziam o mesmo curso onde eu fiz. Então, muitas vezes eu ouvia ‘ah, vem esses trombadinhas’, ouvia de pessoas brancas, que tinham nível

> superior e que viam a gente na porta do elevador, às vezes, esperando para subir, e não queriam subir juntas, ou subiam na frente, ou esperavam a gente subir primeiro, para depois subirem. E em horário de almoço também, a gente não podia se misturar. Não conversavam com a gente, nos ignoravam, só falavam quando precisavam dar uma ordem. Chegavam no local, só falavam assim, 'ó, é para fazer isso, isso, isso, isso e isso', dessa forma.
>
> E3: Eu sofri um tipo de discriminação, mas só que não foi aquela discriminação direta, sabe? Ela foi meio que, com palavras sutis, assim, aquele tom mais aveludado. Nessa experiência profissional anterior, quando eu era aprendiz na Carioca, um certo dia veio uma pessoa da área externa, eu acho que era da Espanha, se eu não me engano, e aí, antes dela ir embora, ela veio assim, pegou no meu ombro e disse 'Ah, eu acho que a gente tá bem de diversidade por aqui'. E ela falou em inglês, achando que eu não entenderia. Então, isso é uma coisa que me tocou demais. Não só por ela achar que por ter falado inglês eu não entenderia, mas também por ela querer dizer que, 'ah, tem uma travesti negra aqui, tá bem de diversidade'. Sendo que o escritório era dominado por pessoas brancas. Naquele momento eu dei uma travada, até porque ela era a chefe da redação da América Latina, ela estava num papel muito mais importante dentro da hierarquia corporativa do que o meu. Então, o que eu pude fazer depois foi levar isso pra minha gestora. Eu acho que a discriminação, especialmente no ambiente corporativo, ela deve ser combatida, porque que essas pessoas, elas têm que começar a abrir a cabeça pra entender que a gente também vai estar num espaço corporativo, sendo pessoas trans, sendo pessoas negras, sendo minorias, enfim.

Apesar de todas as conquistas, as mulheres negras ainda enfrentam desigualdades significativas no mercado de trabalho, sendo frequentemente prejudicadas pela interseção do machismo e do racismo. É fundamental que a sociedade como um todo reconheça essas desigualdades e se engaje na criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário.

> A mulher pobre e negra é bastante vulnerável no contexto socioeconômico brasileiro. Estas mulheres representam um grande percentual da população e apresentam condições de vida mais adversas na sociedade brasileira, que são gerados por diversos fatores, tais como: discriminação social, dificuldade de mobilidade social das pessoas negras, dificuldade de acesso à formação e qualificação profissional e a precariedade da inserção no mundo de trabalho (Lagos; Bernardt, 2018, p.28).

Quando as mulheres negras se veem excluídas do mercado de trabalho, podem buscar outras alternativas para adquirir recursos financeiros e sustentar suas famílias. A entrevistada E1, é uma mulher empreendedora, mas por necessidade, pois ela gostaria de estar em um emprego formal. As entrevistadas E3 e E4 enfatizam a exclusão social e profissional de mulheres trans, que são empurradas pela sociedade para trabalhos informais e precários.

> E1: Eu gosto de fazer, eu gosto de empreender, eu gosto muito de trabalhar com o que eu faço, que são os acessórios, mas se eu pudesse estar em uma outra posição, eu gostaria de trabalhar em uma repartição, numa sala, com o seu emprego, com os seus direitos todos, sem você precisar correr atrás, porque como empreendedor eu corro atrás o tempo todo, de tudo. Não é fácil. É cansativo. E se você trabalha num local que você tem o seu emprego, tudo é direitinho, você sabe que no final do mês você tem o seu salário, você tem um plano de saúde, você pode ficar tranquila que você está trabalhando numa coisa que você não precisa pensar, porque empreender você tem que pensar na casa, pensar no marido, tem que pensar em ganhar dinheiro, é muita correria. Eu estava conversando com uma amiga lá mesmo do Pedro II, e ela estava falando assim pra mim, ela conseguiu um estágio, ela, Jane, quando você trabalha assim num local direitinho, de carteira assinada, você se sente outra pessoa, você se sente **pertencendo realmente ao mundo**.
>
> E3: Então, eu acho que o ambiente de trabalho para mulheres trans, ele é muito exclusivo, eu acho que 98% das mulheres trans, inclusive, trabalham informalmente porque não têm espaço, assim, em ambientes corporativos formais.
>
> E4: É difícil para uma mulher trans conseguir um trabalho formal, normalmente são levadas a trabalhos informais e de risco, pois são marginalizadas pela sociedade.

Assim, a trajetória vivida pelas mulheres negras no mercado de trabalho é uma narrativa de resiliência e determinação, permeada por desafios e preconceitos. No entanto, as mulheres negras têm demonstrado ao longo do tempo que são agentes de mudança e que seu papel é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

O Proeja tem se consolidado como ferramenta de transformação social, especialmente para mulheres negras que enfrentam múltiplas opressões. Ao integrar educação básica e qualificação profissional, possibilita ascensão social e autonomia para grupos historicamente marginalizados (Silva, 2023). Autoras como Ribeiro (2017) e Akotirene (2019) evidenciam que políticas públicas interseccionais são essenciais para promover justiça social e racial, enquanto Gonzalez (1988) destaca a valorização dos saberes e experiências para a emancipação. A pesquisa, baseada em entrevistas com quatro estudantes negras da EJA, demonstrou que o Proeja foi decisivo para superar barreiras e ampliar oportunidades no mercado de trabalho. As participantes relataram ganhos em autonomia, autoestima e competências profissionais, reforçando o papel do programa na promoção da equidade racial e de gênero. Conclui-se que fortalecer e ampliar iniciativas como o Proeja é fundamental para combater desigualdades interseccionais, oferecendo educação de qualidade que empodera e transforma vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro/Polén, 2019.

ANGELOU, Maya. *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola: Autobiografia de Maya Angelou*. Editora Alto Astral Ltda, 2018.

ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, M. G. Artigo - Paulo Freire: Outro paradigma pedagógico? *Educação em Revista*, v. 35, n. 1, p. 1-20, Jan-Dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214631.

BARBOSA E. M.; MACHADO C. J. S. *Gênese do Direito do Voto Feminino no*

Brasil: Uma Análise Jurídica, Política e Educacional. In: Revista HISTEDBR Online, Campinas, n. 45, p. 89-100, mar. 2012 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art07_45.pdf Acesso em: 15 ago. 2023.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, 1990.

BEAUVOIR, S. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 479, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. *Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990*. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2. Portal de Periódicos UFSC, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: *Feminist legal theories*. Routledge, 2013. p. 23-51.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. Autonomia Literária, 2004

FREIRE, P. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Garden City: Doubleday, Anchor Books, 1959.

GONÇALVES, Marco Antônio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários

de Carolina Maria de Jesus). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 21-47, jul./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104- 71832014000200002. Acesso em: 31 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 1988.

HAHNER, June e. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Revista Estudos Feministas,* [S.L.], v. 19, n. 2, p. 467-474, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras:: relações de classe, de ⁖raça⁖ e de gênero no mundo do trabalho. *Confins*, [S.L.], v. 26, n. 26, p. 1-13, 19 fev. 2016. OpenEdition. http://dx.doi.org/10.4000/confins.10754.

HOOKS, Bell. *Feminist theory: From margin to center*. Pluto Press, 2000.

JESUS, Carolina de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Coleção contrastes e confrontos. São Paulo, 1960.

KNOWLES, Malcolm S.. Andragogy: adult learning theory in perspective. *Community College Review*, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 9-20, jan. 1978. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/009155217800500302.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andreia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. As mulheres da EJA. *Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade*, [S.L.], v. 30, n. 63, p. 131-150, 29 set. 2021. Revista da FAEEBA. http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p131-150.

LOURENÇO, Elzafran Santos Sousa; PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti; CORDEIRO, Maria Beatriz Gameiro. REFLEXÕES A PARTIR DE ARROYO: trajetórias humanas e inumanas na eja. *Eja em Debate*, S.I., v. 11, n. 19, p. 55-69, dez. 2022.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. *Bulletin: Homophobia and education*, v. 14, n. 3/4, p. 9, 1983.

MARX, *Capítulo VI*: inédito de o capital. Rio de Janeiro: Centauro, 2004. 170p.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. O papel da nova mulher nas famílias brasileiras. *Cadernos Unifoa*, [S.L.], v. 11, n. 32, p. 55-66, 10 dez. 2016. Fundação Oswaldo Aranha - FOA. http://dx.doi.org/10.47385/cadunifoa.v11.n32.430.

OLIVEIRA, Carolina Guedes de; WANDERLEY, Sergio Eduardo Pinho Velho. Subalterno pode escrever! Uma contribuição decolonial e interseccional na obra de Carolina Maria de Jesus para os estudos organizacionais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 242-274, 1 maio 2022. IBEPES (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais). http://dx.doi.org/10.21529/recadm.2022009.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. *Revista Tecnologia e Sociedade*. v. 8, n.15, p. 90-102, 2012. ISSN: 1809-0044. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650336006

RINGGOLD, Fé. *Se um ônibus falasse: a história de Rosa Parks*. Simon & Schuster Books for Young Readers, 1999.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques*. Emílio, ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, P.; SILVA, G. Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos*. Educação & Realidade*, Rio Grande do Sul, v. 45, n. 2, p. 1- 21, jun. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/2175-623696660

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe*: mito e realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SENNETT, Richard (2004) *A corrosão do caráter* – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 8. ed. Rio de Janeiro. Record,.

SILVA, Neyla Reis dos Santos. *Educação de Jovens e Adultos e seus Sujeitos: Breves Reflexões*. In: OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito (org.). *EJA em Foco*: sugestões de metodologias práticas para utilização em sala de aula. Serrinha/ Ba: IFBaiano, 2023. p. 1-73.

SILVA, Adriano Larentes da. PROEJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS: desafios atuais. *Ensino em Foco*, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 14 mar. 2018. Instituto Federal da Bahia. http://dx.doi.org/10.55847/ef.v1i1.441.

TIMBANE, A. A. Apresentação da edição "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo"- Nelson Mandela (1918-2013): *Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 2–15, 2022. Disponível em: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/973. Acesso em: 16 ago. 2023.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso y poder*. Editorial Gedisa, 2011.

VIEIRA, Maria Clarisse; CRUZ, Karla Nascimento. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. *Educação (UFSM)*, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 45-56, 28 abr. 2017. Universidad Federal de Santa Maria. http://dx.doi.org/10.5902/1984644420116.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo Editorial, 2017.

YOUSAFZAI, Malala. *Eu sou Malala:* a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã . Editora Companhia das Letras, 2013.